

EDUCAÇÃO, EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Desafios contemporâneos e possibilidades
para a criação de outro mundo



TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: BREVES CONSIDERAÇÕES.

Natalli Adriane Rodrigues Souza¹

¹Universidade Federal de Jataí/ nattjti@gmail.com

Resumo

Na história da humanidade o trabalho se configurou como atividade essencial para a transformação social ao longo do tempo. Tal atividade, tão primordial para a construção e consolidação das sociedades afetou tanto positiva quanto negativamente a construção do espaço e dos sujeitos que habitam sobre este. Nesta perspectiva, entendemos que associado às demandas do capitalismo, esta atividade passou ao longo do tempo a se associar ao processo de adoecimento da população, principalmente quando se trata de profissões específicas, como é o caso dos profissionais docentes. O objetivo deste estudo foi discutir a relação entre o trabalho e o processo de adoecimento da classe docente. Evidenciamos que o aumento da carga de trabalho desses profissionais associado ao sucateamento salarial contribuiu para que esse grupo aumentasse gradativamente sua carga de trabalho, reduzindo os períodos de lazer e descanso, essenciais para a sua saúde, fator determinante para seu adoecimento.

Palavras-chave: Trabalho; Adoecimento docente; Professores.

Introdução

É fato que o trabalho é um marco no quadro evolutivo do homem e da sociedade humana, sendo responsável por transformar o espaço geográfico bem como moldar padrões sociais e, consequentemente, as relações entre indivíduos e entre esses e o meio em que estão inseridos.

Desde seu surgimento, o trabalho contribuiu para transformar de forma gradativa a natureza e possibilitar a melhoria da vida do homem a partir da implementação de técnicas cada vez mais eficazes que passaram a facilitar sua atividade laboral.

Contudo, mesmo com inúmeras inovações técnicas o que se observa é que elas não foram suficientes para facilitar o processo de trabalho desse sujeito, haja vista que essas mudanças aliadas ao capitalismo, aos novos modos de produção e as novas demandas por aumento de produtividade contribuíram para que o trabalhador passasse a trabalhar cada vez mais, muitas vezes sem garantias trabalhistas, aumento salarial, etc. Tais fatos propiciaram um processo de adoecimento cada vez mais latente entre esses sujeitos, estendendo-se entre as diferentes camadas profissionais, a exemplo da classe docente.

Vilela (2019), ao propor diferentes reflexões sobre a vida e o trabalho desse grupo, indica que a atividade que esses profissionais desenvolvem pode trazer impactos negativos sobre a saúde dos mesmos e destaca ainda que é importante que sejam pensadas estratégias que

visem mudar essa realidade.

Tendo em vista a necessidade da adoção dessas estratégias, destaca-se uma crítica apresentada por Gomez e Lacaz (2005) ao enfatizarem que quando se trata de estudos acerca da saúde de determinado grupo de trabalhadores é importante entender o quadro situacional com o qual eles estão envolvidos a fim de compreender os fatores que incidem sobre seu processo de saúde-doença. Logo, para os autores, conhecer e levar em conta a subjetividade do sujeito é a chave para se entender a problemática enfrentada por ele e, assim, pensar estratégias que visem a humanização do seu trabalho e, por consequência, a melhoria da sua qualidade de vida.

A partir dessas reflexões, o objetivo do estudo ora proposto é discutir a relação entre o trabalho e o processo de adoecimento da classe docente com vistas a identificar os elementos propulsores de seu adoecimento e, ao mesmo tempo, pensar estratégias que mudem essa situação.

Para fundamentar a discussão proposta, tomar-se-á como referência estudos desenvolvidos por Agostini (2002), Cardoso (2013), Cortez et al. (2017), Gomez e Lacaz (2005), Jodas e Haddad (2009), Strausz (2014), Venturelli (2020), Vilela (2019), entre outros.

A historicidade no contexto de desenvolvimento do trabalho humano.

Ao dissertar sobre a temática trabalho, Engels (2006) afirma que o surgimento do mesmo está intrinsecamente associado ao desenvolvimento das habilidades motoras das mãos dos primeiros homens. As necessidades de sobrevivência desses sujeitos fizeram com que se tornasse necessário o desenvolvimento das habilidades dessa parte do corpo e, em seguida, de outros membros como o cérebro, a faringe, entre outros.

Posto isso, Engels entendia que trabalho e homem surgiram concomitantemente: o homem fez o trabalho ao mesmo tempo em que o trabalho fez desse o sujeito que ele é. Nesta perspectiva, para o sociólogo é o trabalho que diferencia homens de primatas, ou seja, é quem humaniza.

E, frente à evolução dos homens e sua relação com o desenvolvimento do que chamamos de trabalho, o autor ainda explica: “Mas tudo isso não era trabalho no verdadeiro sentido da palavra. O trabalho começa com a elaboração de instrumentos” (ENGELS, 2006, p. 4).

É importante ressaltar que diferente dos homens os animais não trabalham, suas ações não são pensadas ou premeditadas, eles não são capazes de produzir instrumentos, de adotar técnicas e, por isso, toda transformação que fazem sobre o espaço é uma ação inconsciente, “um

fato acidental” (ANGELS, 2006), que não é trabalho. Logo, o surgimento do trabalho é um marco do quadro evolutivo do homem, colocando-o em um patamar diferente da evolução pela qual passaram os demais seres vivos do nosso planeta.

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, inala unia vez, resulta do trabalho (ENGELS, 2006, p. 7).

Levando em conta o poder de transformação que o ser humano exerce sobre o espaço, Sachuk e Araújo (2007) ressaltam que nos primeiros séculos de sua existência, período em que predominava o nomadismo, as alterações sobre o espaço por meio do trabalho desenvolvido pelo homem eram pequenas, haja vista que as técnicas aplicadas por ele ainda eram muito rudimentares, causando poucas alterações sobre o meio.

Deve-se enfatizar que a pouca alteração deste espaço não significava que não havia um trabalho sendo desenvolvido sobre o mesmo, e sim que as técnicas tinham pouco efeito na transformação desse meio. Nesse ínterim, é válido ressaltar que nos primeiros anos da presença humana em nosso planeta, o trabalho era essencial para garantir a sobrevivência deste sujeito, tanto no que diz respeito à busca por alimentos e por abrigos quanto ao desenvolvimento de armas que garantisse a proteção contra os perigos que ameaçavam a sua vida, entre outros (SACHUK; ARAÚJO, 2007).

O desenvolvimento de instrumentos cada vez mais eficientes permitiram, em seguida, que esse sujeito tivesse uma melhoria em sua qualidade de vida tanto no que diz respeito a sua alimentação como também à proteção. A descoberta do fogo foi outro marco importante nesse processo evolutivo e propiciou condições para que o homem tivesse um salto no seu quadro alimentar, passando a cozinar seus alimentos e a afastar animais selvagens.

Outro elemento fundamental do desenvolvimento humano foi o processo de sedentarização e fixação do homem sobre o território, o que contribuiu para o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos. No campo do trabalho pode-se considerar que o processo de fixação do homem e a evolução da técnica permitiram que ocorresse uma especialização e a divisão de tarefas entre homens e mulheres tendo em vista as aptidões de cada indivíduo.

Observa-se então que o trabalho acompanhou a evolução humana, sendo o elemento propulsor da mesma. Ele se mostrou como algo inerente à sobrevivência do homem, passando a garantir também a melhoria da vida desse sujeito, já que a evolução dos instrumentos de

trabalho utilizados facilitou seu processo de trabalho, garantindo-lhe melhores condições de vida.

Entretanto, o crescimento das cidades aliado ao processo de industrialização e a ascensão do capitalismo impuseram mudanças sobre o mundo do trabalho e até mesmo sobre a relação existente entre o sujeito e seu trabalho. Neste sentido, essas ocorrências históricas marcam uma nova fase em que o trabalho se assumiu como um elemento de adoecimento.

De acordo com Cardoso (2013), as principais mudanças sobre o contexto do mundo do trabalho e consequentemente sobre a saúde do trabalhador ocorrem em função da Primeira Revolução Industrial, das revoluções que se seguiram e da expansão e consolidação do sistema capitalista.

Segundo a autora, as revoluções industriais aliadas ao capitalismo e aos novos modelos de produção adotados no chão da fábrica contribuíram para aumentar a sobrecarga de trabalho do proletariado, que passou a executar sua função sob uma maior tensão, passando a ter seu trabalho administrado/gerenciado tendo em conta seu nível de estresse, ou seja, entendia-se que o aumento das cobranças culminaria no aumento da produtividade desse trabalhador.

A Primeira Revolução Industrial ocorreu em meados do século XVIII e provocou muitas mudanças no mundo do trabalho. Nesse estágio ocorreu uma revolução do ponto de vista técnico, o que refletiu no desenvolvimento de uma produção em larga escala, visando atender ao mercado interno e externo. Além disso, o trabalho passou a ser visto como um elemento imprescindível para a aquisição do lucro, para o enriquecimento de capitalistas e até mesmo como um objeto que poderia garantir a hegemonia de alguns países sobre outros.

Nesta perspectiva, a Primeira Revolução Industrial trouxe como característica marcante a transição de uma produção artesanal para uma produção manufaturada, a qual foi permeada por uma evolução técnica nunca vista antes, que refletiu no aumento da produtividade, na rapidez da produção em função da nova técnica empregada, e também em mudanças na vida do trabalhador, tanto no campo profissional, como no econômico, no político, no cultural e no social.

Nesse contexto, surgiu um trabalhador que deixou de realizar seu serviço artesanal para atuar principalmente dentro da indústria, vendendo sua força de trabalho por um salário, produzindo riqueza para o grande industrial e, ao mesmo tempo, almejando alcançar a mesma posição econômica que o seu patrão através do seu trabalho.

Concomitantemente ao surgimento dessa nova engrenagem econômico-social – o trabalhador -, o Capitalismo passou a definir estratégias para se consolidar enquanto modelo

econômico vigente, financiando crises políticas, conflitos e também no contexto das relações sociais, criando demandas de consumo e até mesmo aspirações econômicas, as quais afetaram esse trabalhador.

Destaca-se aqui que o despertar do desejo desse trabalhador em se tornar o chefe, por exemplo, era uma das diferentes estratégias adotadas por esse sistema a fim de incentivá-lo a trabalhar e a produzir cada vez mais, refletindo, por consequência, no aumento do lucro do industrial e na intensificação do cansaço do proletariado em função da atividade exercida.

Como dito anteriormente, a evolução técnica assim como a indústria trouxeram uma modernização dos instrumentos de trabalho, os quais refletiram no aumento da produtividade, na redução do desperdício de produtos e até mesmo na facilitação da função executada pelo trabalhador. Assim, pode-se supor que as condições de trabalho e consequentemente a qualidade de vida desse indivíduo poderiam ter melhorado em função de toda essa evolução tecnológica.

Entretanto, todas as melhorias no campo da técnica não refletiram na melhoria de vida desse indivíduo: a necessidade de aumento de produtividade, os baixos salários, as condições precárias de trabalho, a falta de direitos trabalhistas, o desenvolvimento de atividades repetitivas, a aspiração a uma possível e falsa ascensão social e econômica, as inúmeras cobranças aliadas à própria necessidade de consumo e o próprio processo de alienação desse trabalhador contribuíram para afetar negativamente a sua saúde.

Quanto à existência dessa “necessidade de consumo”, é válido complementar que uma das estratégias adotadas pelo modelo capitalista foi contribuir para o surgimento de uma sociedade de consumo, que passou a ditar padrões e regras de bem-estar ligadas ao ato de consumir. O consumo passou a ser sinônimo de satisfação, reflexo de poder e *status*.

Ao fazer uma análise sobre a relação entre trabalho e consumo, Venturelli (2020) ressalta que:

[...] o trabalho é um meio de dominação social que leva o sujeito a estar atado frente às suas necessidades de manter-se vivo – visto então como um consumidor –, ou seja, o ato de vender a sua força de trabalho é sua única opção em uma sociedade onde o que se precisa para sobreviver é transformado em mercadoria. Morra de trabalhar para não morrer de fome em uma guerra com seu par para poder ocupar um ponto de trabalho e se tornar um consumidor de mercadorias nem sempre tão necessárias (VENTURELLI, 2020, p. 279).

Frente a essa nova perspectiva ligada ao consumo, o salário do trabalhador passou a não ser suficiente para que ele se sentisse satisfeito do ponto de vista econômico, já que suas

necessidades passaram a moldar as suas decisões, fazendo com que trabalhasse cada vez mais a fim de se encaixar nesse modelo de sociedade.

Diante disso, a necessidade de aumento da produtividade aliada à construção de uma sociedade do consumo refletiu no aumento do trabalho desse sujeito e em seu processo de adoecimento em função de suas atividades laborais.

De acordo com alguns estudos (GOMEZ; LACAZ, 2005; STRAUSZ, 2014), inicialmente o processo de adoecimento era observado principalmente entre trabalhadores da indústria. Posteriormente, com o aumento do número de estudos sobre a saúde do trabalhador notou-se que a problemática perpassava diferentes ramos de atuação, a exemplo da classe docente.

Strausz (2014) enfatiza que os primeiros debates no contexto brasileiro acerca da saúde do trabalhador surgem com o movimento da Reforma Sanitária na década de 1970, focados inicialmente em entender as doenças que acometiam os trabalhadores da área da siderurgia, especialmente. A saúde do professor passou a ser alvo de debates a partir da década de 1990 em função das mudanças propiciadas principalmente pelo neoliberalismo sobre o contexto educativo.

Saúde docente em pauta

É sabido que as transformações que acompanham a humanidade e sua relação com o planeta são, essencialmente, fruto do trabalho humano, o qual foi imprescindível para a ocorrência de inúmeras transformações no espaço geográfico e também social. Ao considerar a forma como essas mudanças afetaram o campo social, é importante reiterar que não foram apenas as relações sociais transformadas, mas também a forma como as pessoas passaram a lidar com o seu trabalho.

Tratando- se especificamente do ambiente educacional, podemos destacar que as mudanças ocorridas no contexto social aliadas ao campo educacional refletiram sobretudo no aumento das demandas de trabalho do professor, as quais não foram acompanhadas de reajuste salarial em detrimento do aumento da carga horária de trabalho e do próprio aumento da inflação. Essas mudanças trouxeram alterações sobre a vida econômica desse indivíduo, fazendo com que o mesmo sentisse a necessidade de aumentar sua jornada de trabalho, tendo em vista manter/garantir seu padrão de consumo (CORTEZ et al., 2017; FREITAS; CRUZ, 2008).

Ao tratar sobre essa desvalorização salarial, Mariano e Muniz (2006) indicam que se

assistiu a um aumento da insatisfação dos professores, bem como da carga horária trabalhada a fim de atenderem aos seus compromissos financeiros.

Os baixos salários, além de não atenderem às reais necessidades das docentes, trazem insatisfações, dissabores e uma sobrecarga de trabalho. O professor tem que trabalhar em dois ou três turnos, como também desenvolver uma outra atividade remunerada, na tentativa de aumentar seus rendimentos salariais, o que, em geral, compromete cada vez mais a qualidade de seu desempenho e de sua saúde (MARIANO; MUNIZ, 2006, p. 77).

Posto isso, o aumento da atividade laboral desse grupo tendo em vista a necessidade de aumento de sua remuneração passou a refletir em um processo de adoecimento mais intenso desses indivíduos. Dentre os problemas de saúde que mais acometem os professores pode-se destacar: ósseos, psicológicos, ligados à voz, além da própria Síndrome de Burnout (FREITAS; CASTRO, 2015; VILELA, 2019).

Com relação à Síndrome de Burnout, Silva, Pimentel e Conceição (2018) destacam que esse termo:

[...] surgiu nos Estados Unidos e significa destruir-se ou queimar por completo. Freudenberger foi o psicanalista que citou esse termo pela primeira vez na década de 70, definindo a Síndrome de Burnout ou esgotamento profissional como um alto desgaste fazendo altas demandas de energia ou recursos (SILVA; PIMENTEL; CONCEIÇÃO, 2018, p. 3).

Jodas e Haddad (2009) complementam dizendo que:

O desenvolvimento dessa síndrome decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos. O trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho e faz com que as coisas já não tenham mais importância. É caracterizada por três dimensões sintomatológicas: exaustão emocional verificada pela presença do esgotamento emocional e/ou físico, despersonalização observada pela insensibilidade emocional ou endurecimento afetivo e falta de envolvimento no trabalho, identificada pela inadequação pessoal e profissional. A síndrome de burnout manifesta-se através de quatro classes sintomatológicas, sendo: física, quando o trabalhador apresenta fadiga constante, distúrbio do sono, falta de apetite e dores musculares; psíquica observada pela falta de atenção, alterações da memória, ansiedade e frustração; comportamental, identificada quando o indivíduo apresenta-se negligente no trabalho, com irritabilidade ocasional ou instantânea, incapacidade para se concentrar, aumento das relações conflitivas com os colegas, longas pausas para o descanso, cumprimento irregular do horário de trabalho; e defensiva, quando o trabalhador tem tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, empobrecimento da qualidade do trabalho e atitude cínica (JODAS; HADDAD, 2009, p. 193).

Já Agostini (2002) ressalta que o trabalho do professor é permeado por inúmeros agentes de risco que podem influenciar e aprofundar problemas de saúde já existentes. Assim, a grande quantidade de alunos dentro da sala de aula, a desvalorização salarial e social, a falta de

infraestrutura adequada nas salas de aula, a falta de garantias econômicas a professores em regime de contrato, entre outros elementos podem se assumir enquanto fatores preponderantes ao adoecimento docente.

Outro fato a ser destacado aqui e que também é muito relevante é que as mudanças sobre o trabalho desse profissional passaram a afetar também sua convivência familiar e social, haja vista que o aumento da quantidade de horas trabalhadas refletiu na redução de tempo junto a seus familiares e amigos, o que foi responsável por intensificar situações de estresse e solidão, afetando a saúde psicológica desse sujeito (VILELA, 2019).

Vale ressaltar que os problemas de saúde elencados aqui além de afetarem esse indivíduo são também responsáveis por onerar os cofres públicos, já que em muitos casos pode ocorrer o pedido de licenças, afastamentos, aposentadorias compulsórias, entre outros, o que demonstra que existe também um impacto econômico ao Estado quando se trata do adoecimento desses profissionais.

Nesta perspectiva, observa-se que a baixa remuneração dos docentes aliada ao aumento de sua atividade laboral trazem diversos problemas ligados à manutenção da qualidade de vida, à saúde desse trabalhador, como também ao aumento de gastos públicos. Logo, a adoção de estratégias que viabilizem uma melhoria no campo de trabalho deles é essencial e relevante, já que a temática suscita debates no âmbito da saúde pública, dos sindicatos de trabalhadores/professores e até mesmo no meio político e econômico.

Considerações finais

Como já explicitado, ao longo dos anos a sociedade passou por inúmeras mudanças, as quais têm relação intrínseca com o desenvolvimento de técnicas aliadas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da atividade humana para a transformação do espaço geográfico.

Neste sentido, o trabalho se elevou como elemento essencial para a transformação espacial já que foi esse responsável por fazer do homem o que é na atualidade. No entanto, com o passar dos séculos ficou evidente que esta atividade se tornou fator de adoecimento entre muitas profissões, como é o caso da classe docente.

Posto isso, objetivamos com este estudo discutir a relação entre o trabalho e o processo de adoecimento da classe docente. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico do tema tendo em vista subsidiar a discussão aqui realizada.

Com este levantamento, foi possível evidenciar que o capitalismo teve papel crucial frente a esse processo de adoecimento haja vista que este criou mais demandas e metas a serem

cumpridas pelo setor educacional aumentando assim a jornada de trabalho desses profissionais. Aliado ao aumento do trabalho ocorreu um achatamento dos salários desses profissionais, os quais se tornaram sucateados frente a inflação e aumento do custo de vida.

Tal fator, aprofundou ainda mais a problemática relacionada ao aumento da carga horária trabalhada desse grupo, já que este passou a trabalhar ainda mais a fim de manter o seu poder de compra. Tal fator, impactou positivamente a qualidade de vida desses sujeitos, contribuindo para o aumento de doenças entre este grupo, as quais perpassam tanto problemas de ordem psicológica até mesmo desgastes ósseos, entre outros.

Frente a isso, entendemos que a valorização salarial é um ponto importante no que tange à mitigação da problemática aqui discutida. Torna-se necessário a criação e cumprimento de leis que assegurem a valorização desses profissionais.

Referências

AGOSTINI, Marcia. Saúde do trabalhador. In: ANDRADE, A.; PINTO, S.C.; OLIVEIRA, R.S. (orgs.) **Animais de Laboratório: criação e experimentação [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 388 p. ISBN: 85-7541-015-6.

BARRETO, M. “Os educadores estão doentes. Quem são os responsáveis?” In: **Informativo do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife**. Recife: SIMPERE, novembro de 2004.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, 2013.

CARDOSO, Ana Claudia; MORGADO, Luciana. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 28, n. 1, p.169-181, 2019.

CORTEZ, Pedro Afonso et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro (RJ), v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017.

ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4603>.

FREITAS, Cinara Aline de; CASTRO, Ralph de. Saúde do professor: um olhar para o Brasil e para os servidores da rede municipal de ensino de Uberaba-MG. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2015, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR), 2015, p. 15880-15893.

FREITAS, Cláudia Regina; CRUZ, Roberto Moraes. Saúde e trabalho docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2008, Rio de Janeiro RJ).

Anais... Rio de Janeiro (RJ), 2008, p. 1-15.

GOMEZ, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: novas- velhas questões. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 797- 807, 2005.

JODAS, Denise Albieri; HADDAD, Maria do Carmo Lourenço. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. **Acta paul. enferm.**, v. 22, n.2, p.192-197, 2009.

MARIANO, Maria do Socorro Sales; MUNIZ, Hélder Pordeus. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro (RJ), v. 6, n.1, 2006.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 36, 2020.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc.**, São Paulo (SP), v.28, n.1, p.135-153, 2019.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

SILVA, Ana Paula Ferreira; PIMENTEL, Naiene dos Santos; CONCEIÇÃO, Edilene Maria da. A síndrome de burnout em professores universitários de instituições públicas e privadas. In: XV Seget, 2018, Resende (RJ). **Anais...** Resende (RJ), 2018, p. 1- 14.

SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2011.

STRAUSZ, Maria Cristina. **Produção do conhecimento em saúde coletiva:** um olhar a partir da saúde do trabalhador. 2014. 102 f. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. Docência, teletrabalho e covid- 19: reinvenção, pressão e exaustão do professorado em tempos de quarentena. **Revista Pegada**, v. 21, n.3, 2020.

VILELA, Anna Paulla Artero. **Trabalho e adoecimento:** uma análise do professorado paulista sob a perspectiva da geografia. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019.